



## **LEI MUNICIPAL Nº 1.316/ 2019.**

***Institui o Fundo Municipal do Idoso do Município de Carvalho, conforme específica.***

A Câmara Municipal de Carvalho, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que me confere o artigos 171, II, “d” da Constituição Estadual e 11 da Lei Municipal nº 742/1.990, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Fundo Municipal do Idoso de Carvalho, instrumento de natureza contábil, tendo por finalidade a captação, o repasse e a aplicação de recursos destinados a proporcionar o devido suporte financeiro na implantação, na manutenção e no desenvolvimento de programas, projetos e ações voltados aos direitos da pessoa idosa no âmbito do Município de Carvalho.

Art. 2º O Fundo Municipal do Idoso de Carvalho, será gerenciado pelo Órgão Municipal de Assistência Social a que se vincula o Conselho Municipal do Idoso, sendo de competência deste a deliberação sobre a aplicação dos recursos em programas, projetos e ações voltados à preservação dos direitos da pessoa idosa.

Art. 3º Constituem fontes de recursos do Fundo Municipal do Idoso de Carvalho:

I - as transferências e repasses da União, do Estado, por seus órgãos e entidades da administração direta e indireta, bem como de seus Fundos;

II – as transferências e repasses do Município;

III - os auxílios, legados, valores, contribuições e doações, inclusive de bens móveis e imóveis, que lhe forem destinados por pessoas físicas ou jurídicas públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;

IV- produtos de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;

V - os valores das multas previstas no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003);

VI – as doações feitas por pessoas físicas ou jurídicas deduzidas do Imposto Sobre a Renda, conforme a Lei Federal nº 12.213/2010;



# Prefeitura Municipal de Carvalho

## ESTADO DE MINAS GERAIS



VII – Receitas oriundas de alienação de bens inservíveis da Prefeitura Municipal de Carvalho, MG, que lhe sejam destinados;

VIII - outras receitas destinadas ao referido Fundo;

IX – as receitas estipuladas em lei;

X - saldo de exercícios anteriores.

Art. 4º Os recursos que compõem o Fundo serão depositados em conta bancária específica aberta em Instituição pública sob a denominação “Fundo Municipal do Idoso de Carvalho”, e sua destinação será deliberada por meio de atividades, projetos e programas aprovados pelo Conselho Municipal do Idoso e pelo chefe do Poder Executivo, sem isentar a Administração Municipal de previsão e provisão de recursos necessários para as ações destinadas à pessoa idosa, conforme a legislação pátria.

Parágrafo único. A movimentação da conta bancária específica referida no caput deste artigo será feita pelo **Tesoureiro Municipal** e pelo **Chefe do Poder Executivo**.

Art. 5º Os recursos do Fundo Municipal do Idoso de Carvalho somente serão aplicados e movimentados por deliberação do Conselho Municipal do Idoso com aprovação do Chefe do Poder Executivo.

Art. 6º Os recursos destinados ao Fundo Municipal do Idoso de Carvalho serão contabilizados como receita orçamentária e a ela alocados por meio de dotações consignadas na Lei Orçamentária e ou através de créditos adicionais.

Art. 7º Os recursos de responsabilidade do Município de Carvalho, destinados ao Fundo Municipal do Idoso de Carvalho serão programados de acordo com a Lei Orçamentária do respectivo exercício financeiro, para promover ações de proteção e promoção da pessoa idosa, conforme regulamentação desta Lei.

Art. 8º O Órgão Municipal gestor prestará contas anualmente ao Conselho Municipal do Idoso sobre o Fundo Municipal do Idoso, e dará vistas e prestará informações quando for solicitado pelo Conselho.

Art. 9º O Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante decreto, no prazo de 90 dias da publicação desta Lei, estabelecerá as normas referentes à organização e operacionalização do Fundo Municipal do Idoso de Carvalho.

Art. 10º Para o primeiro ano do exercício financeiro, o Prefeito Municipal remeterá à Câmara Municipal projeto de lei específica do Orçamento do Fundo Municipal do Idoso de Carvalho.



# Prefeitura Municipal de Carvalho

## ESTADO DE MINAS GERAIS



Parágrafo único. A partir do exercício do primeiro ano financeiro, o Poder Executivo providenciará a inclusão das receitas e das despesas autorizadas por esta Lei, no Orçamento do Município.

Art. 11 Fica incluído no Art. 1º, da Lei nº 1.126 de 26 de outubro de 2007, o Inciso XI com a seguinte redação:

“XI – Deliberar sobre a movimentação de recursos financeiros vinculados ao Fundo Municipal do Idoso de Carvalho”.

Art. 12 Alteram-se os incisos I e II do artigo 2º e os incisos I, II e III do § 1º do mesmo artigo que passaram a ser designados por § 2º, § 3º e § 4º da Lei Municipal nº. 1.126 /2.007 que passarão a ter a seguinte redação :

I – 2 ( dois ) representantes de Secretarias ou Órgãos Públicos que tenham interface com a problemática da pessoa idosa, como: “ Saúde, Educação, Assistência Social, Cultura, Esporte, Transporte “ ;

II – 2 ( dois ) representantes da Sociedade Civil dentre “ dirigentes ou integrantes de Instituições de Longa Permanência para Idosos, grupos de terceira idade, Sindicatos, Associações de Aposentados, Sociedades Científicas, Rotary, Lions, que terão de ter seu nome submetidos ao Crivo do chefe do Poder Executivo”.


§ 2º Os Conselheiros de que trata o Inciso II serão indicados pelas instituições representadas no Conselho dentre pessoas de comprovada atuação no âmbito da organização a que pertença.

§ 3º Os membros do Conselho não serão remunerados, considerando, porem, seu trabalho com o serviço público relevante.

§ 4º O mandato dos membros do Conselho será de 2 ( dois ) anos, permitida a recondução por igual período.

Art. 13 Revogam-se as disposições em contrário, entrando esta lei em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Carvalho, MG 30 de agosto de 2019

  
**Antônio de Pádua de Carvalho Moura**  
Prefeito Municipal de Carvalho, MG